



POR ELIZABETH DE CARVALHAES,
PRESIDENTE EXECUTIVA DA INDÚSTRIA
BRASILEIRA DE ÁRVORES (Ibá).
E-mail: faleconosco@iba.org.br

CONTRIBUIÇÕES DO SETOR PARA A CONFERÊNCIA DO CLIMA

A parte os desafios políticos e econômicos, 2015 será um ano no qual as atenções do mundo estarão voltadas aos debates sobre o desenvolvimento sustentável. Dois importantes eventos da Organização das Nações Unidas (ONU), profundamente relacionados entre si, reunirão lideranças mundiais em torno de discussões para garantir o crescimento mundial e a redução da pobreza com o menor impacto possível ao meio ambiente, o que beneficiará a todos.

No primeiro desses encontros, em setembro, em Nova York (Estados Unidos), os chefes de Estado deverão assumir, pela primeira vez, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), elaborados a partir das diretrizes da Rio+20 para substituir os Objetivos do Milênio, criados em 2000. Em dezembro, será a vez da Conferência das Mudanças Climáticas, a COP21, em Paris (França), cuja maior expectativa é a assinatura de um novo acordo climático que substitua, de forma efetiva, o Protocolo de Kyoto a partir de 2020. Ainda no primeiro semestre, o governo brasileiro apresentará sua contribuição à COP21, estabelecendo compromissos nacionais de redução de emissões de gases causadores do aquecimento global.

A Ibá atua em fóruns que discutem propostas para os compromissos brasileiros, visando ressaltar as potenciais contribuições do setor de árvores plantadas, matéria-prima renovável, reciclável e amigável ao meio ambiente. Entre esses fóruns, a entidade participa desde o início do ano da Câmara Técnica de Adaptação da Confederação Nacional da Indústria (CNI), que busca aprimorar a interação entre governo e setor produtivo, subsidiando a elaboração da proposta nacional.

Coalizão Brasil Clima e Florestas

Outra frente de fundamental importância é a Coalizão Brasil Clima e Florestas, criada em dezembro de 2014 reunindo lideranças do setor, demais atividades produtivas e Organizações Não Governamentais (ONG). O objetivo é desenvolver propostas que valorizem o papel das florestas e dos produtos de base florestal plantada e nativa para a mitigação das mudanças climáticas. Essas propostas também serão entregues aos negociadores do governo brasileiro da COP21 e apresentadas internacionalmente.

Além dessa agenda de curto prazo, focada na COP21, a Coalizão tem

como objetivo de médio e longo prazo o fomento de políticas públicas que considerem a economia de baixo carbono no Brasil. Entre as propostas, tratará da preservação de florestas nativas, do aumento de estoque de carbono florestal e do maior uso de produtos renováveis.

Propostas para a COP21

A principal expectativa setorial diz respeito às negociações de crédito de carbono florestal, por conta das oportunidades de mitigação de emissões de CO₂ pelas árvores plantadas e da preservação de florestas nativas a elas associadas. No processo fabril, podem ocorrer emissões ou fluxos positivos de Gases de Efeito Estufa (GEE). Além disso, diversos segmentos do setor já se aproximam da autossuficiência energética renovável, caracterizada por níveis mínimos de emissão. Vale ressaltar ainda que, nos plantios destinados à produção e nas áreas de conservação, a formação e a manutenção de estoques de carbono resultam em remoções de GEE, contribuindo para reduzir sua concentração na atmosfera, durante todo o tempo em que o estoque for mantido. Em 2013, os 7,6 milhões de hectares de áreas de plantio florestais no Brasil foram responsáveis pelo estoque de aproximadamente 1,67 bilhão de toneladas de CO₂.

Além da manutenção ou do aumento dos estoques de carbono, cada produto originário de árvores plantadas também pode evitar ou reduzir emissões associadas ao uso de produtos oriundos de matérias-primas fósseis ou não renováveis. É necessário considerar que todo produto de base florestal imobiliza o carbono assimilado durante toda a sua vida útil.

É importante, no entanto, ressaltar que o potencial de mitigação do setor está diretamente relacionado à superação dos principais entraves ao seu desenvolvimento no Brasil, a exemplo da alta carga tributária de investimentos, gargalos de infraestrutura/logística e questões trabalhistas. Além de questões estruturais, os principais desafios à expansão do setor estão fortemente vinculados à base plantada.

Portanto, o aprofundamento de mecanismos existentes e o desenvolvimento de novas alternativas, que valorizem economicamente os benefícios climáticos gerados pelo setor, representam sinergias positivas de grande valor para o desenvolvimento sustentável brasileiro. ■